

AS PRÁTICAS REFLEXÍVAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICAS EXPONENCIAL PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM AUTISMO QUE ESTÃO EM APROPRIAÇÃO DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nadja Maria de Menezes Morais¹

Rosane Araújo de Arruda²

Christiane Nogueira Donato Formiga³

Ma Rosilene Felix Mamedes (PPGL/ UFPB-CNPQ)⁴

RESUMO

Este artigo objetivou compreender a **problemática** do ensino da língua materna na educação infantil, uma vez que este cenário a qual a primeira etapa da educação básica está inserida apresenta inúmeras fragilidades e dificuldades. Desse modo, elencamos alguns pontos que consideramos relevantes como: Será que as escolas estão preparadas para lidarem com o processo inclusivo das crianças com o Transtorno do Espectro Autista-TEA? Será que estas crianças estão sendo incluídas realmente? O que se chama de inclusão, é inclusão de fato? Observamos com esse estudo que os docentes carecem de formação para se trabalhar diretamente com estratégias adequadas para crianças autistas que estão em fase de aquisição da escrita convencional. Dessa forma, a pesquisa trouxe como relevância a importância de se discutir sobre a temática referente a como as práticas educacionais reflexivas contribuem para o processo de inclusão e aprendizagem das crianças com autismo que estão em fase de aquisição da escrita, bem com, apontou como as estratégias pedagógicas alinhadas aos eixos estruturantes **brincar** e as **interações sociais** podem ser aliadas no trabalho em sala de aula. Além de apresentar o sobre o universo do autismo, seus sinais e sintomas. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa ação de cunho bibliográfico, uma vez que partimos do pressuposto de literaturas que abordasse o tema para melhor entendimento e desenvolver do estágio, tendo como referências autores como: Rotta, BNCC, Soares entre outros.

Palavras-chave: Autismo, Estratégias Pedagógicas, Educação Infantil, Criança, Formação de Professores.

¹ Graduada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UNA VIDA no curso de Pedagogia, Especialista na Área da Neuropsicopedagogia pela Faculdade Maurício de Nassau, nadja.lah@hotmail.com;

² Rosane Araújo de Arruda -Especialista- Uninassau - rosanegalo3@hotmail.com;

³ Especialista Christiane Nogueira Donato Formiga - Faculdade Evangélica Meio do Norte christiannenogueiraa@gmail.com;

⁴ Ma Rosilene Felix Mamedes (PPGL/ UFPB-CNPQ); rosilenefmamedes@gmail.com



INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de (1988), as crianças e jovens brasileiros tiveram o direito educação escolar. Em seguida tivemos outro marco importante com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/96), que fortaleceu, ainda mais, o ingresso das crianças nas escolas de educação básica, principalmente com sua emenda de 2013, que trouxe, não só o direito subjetivo, mas a obrigatoriedade dos pais matriculares as crianças de 4 e 5 anos nas escolas, seja no âmbito público ou privado.

Com isso, a educação infantil passou a ser parte integral da primeira etapa da educação básica, uma vez que deixou de ser vista como uma fase anterior ao processo de escolarização, ou seja, atualmente ela não é mais considerada fora da educação formal. É igualmente considerada

Outro marco importante foi com a homologação da Lei de Inclusão Brasileira da Educação nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que asseguram as crianças com alguma deficiência ou transtornos globais o mesmo direito de condições e oportunidade de escolarização ao longo de toda a sua vida, ou seja a garantia de estudar em todos os níveis de ensino.

Desse modo, historicamente podemos perceber que a educação infantil e o processo de inclusão tiveram que ser embasados em leis específicas e documentos normativos. Na atualidade com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular de 2017, que é um documento normativo estruturado a partir de outros documentos como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, e os Referencias Curriculares- RCNEI. Ela retoma a ideia do cuidado como algo indissociável do processo educativo, bem como apresenta os dois eixos estruturantes para o processo de ensino e aprendizagem das crianças pequenas, esses eixos estão relacionados ao **brincar** e as **interações sociais**.

Nesse sentido, a BNCC traz que as crianças têm **seis direitos** tais como: **brincar, explorar, conhece-se, expressar-se, participar e conviver**. Dessa forma, a intencionalidade da prática pedagógica precisa dialogar diretamente com os eixos e os direitos constituídos na BNCC.

Por isso, se optou em fazer um recorte do campo de experiência, **Escuta, fala, pensamento e imaginação**, pois esse campo possibilita as crianças desenvolverem diferentes habilidades e competências no que tange à interação comunicativa. Entendendo a linguagem como pré-requisito importante para a formação da identidade da criança e sua aprendizagem da criança desde o



nascimento até o final da sua vida, é necessário compreender que na educação infantil a criança manifesta curiosidade com relação à leitura e a escrita.

Este artigo objetivou compreender a **problemática** do ensino da língua na educação infantil, uma vez que este cenário a qual a primeira etapa da educação básica está inserida, apresenta inúmeras fragilidades e dificuldades. Desse modo elencamos alguns pontos que consideramos relevantes como: será que as escolas estão preparadas para lidarem com o processo inclusivo das crianças com o Transtorno do Espectro Autista-TEA? Será que estas crianças estão sendo incluídas realmente? O que se chama de inclusão, é inclusão de fato? No atual momento observamos que os docentes ainda carecem de formação para se trabalhar diretamente com estratégias adequadas para crianças autistas que estão em fase de aquisição da escrita convencional.

Dessa forma, este estudo trouxe como relevância a importância da discussão sobre a temática de como as práticas educacionais reflexivas contribuem para o processo de inclusão e aprendizagem das crianças com autismo que estão em apropriação da escrita na educação infantil, bem com, apontou como as estratégias pedagógicas alinhadas aos eixos estruturantes **brincar** e as **interações sociais** podem ser aliadas no trabalho em sala de aula com as crianças autistas. Além de apresentar o sobre o universo do autismo, seus sinais e sintomas.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa ação e estudo bibliográfico pois partiu do pressuposto de literaturas que abordasse o tema para melhor entendimento e desenvolver do estágio, tendo como referências autores como: Rotta, BNCC, Soares entre outros.

METODOLOGIA

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi realizada na Creche Ângela Maria Meira de Carvalho da Assembleia Legislativa da Paraíba situada na cidade de João Pessoa, na Rua: Dom Pedro I. Centro, nº 445, funciona em tempo integral, tendo como recorte para a pesquisa ação, para Minayo (2007) é concebida em associação com uma ação; os pesquisadores e participantes da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Além disso, tem o caráter qualitativo e quantitativo, já que para Gil (1994) a pesquisa qualitativa considera a relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números, isto é, de respostas mas descritiva, o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente. Ainda para Minayo (2007) “a pesquisa



quantitativa busca a explicação dos fatos e centra-se em números e tabelas, caracterizando-se, portanto, pelo emprego da quantificação na coleta das informações por meio de técnicas estatísticas.” O procedimento metodológico trabalhou com o universo de 35 professores, sendo eles: 1 professor de psicomotricidade, 1 professora de língua inglesa, 1 professor de música, 22 professoras polivalente e 10 educadoras auxiliares de sala. Devemos informar que para a coletas de dados devido a situação a qual vivemos no Brasil a Pandemia do novo Coronas Vírus, só foi possível fazer a primeira parte do procedimento, uma vez que as escolas da educação infantil não estão fazendo atendimento. A primeira parte se refere a uma conversa com os professores sobre explicando a intencionalidade de se trabalhar o assunto nas formações continuadas.

Esta pesquisa por se tratar de uma pesquisa ação, será continuada assim que possível no espaço escolar. No entanto, entendemos ser importante o detalhamento de como será feito este trabalho pós a pandemia. Desse modo, trabalharemos com a observação do campo empírico, em seguida com a aplicação de questionários semi-estruturados, o terceiro passo será planejar, pesquisa e compartilhar as de estratégias de ensino naturalistas, por tentativas discretas com materiais estruturados para trabalhar com as crianças autistas com formação continuada uma vez por mês na instituição de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

A concepção de criança pode ser observada facilmente nos documentos oficiais que embasam a educação infantil, sobretudo, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), uma vez que ela traz a concepção de um ensino pautado no desenvolvimento integral das crianças a partir das interações sociais e experiências construídas ao longo dos anos na educação infantil.

Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (BRASIL, 2017, p. 40).

Dessa forma, a Base prisma pelo foco do ensino a partir dos diferentes tipos textuais, pois conforme a criança entra neste universo letrado, mas ela desenvolverá sua língua materna. Para isso, o processo de ensino da língua materna de acordo com a Base:



Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer [...] (BNCC, 2017, p. 40).

Essas experiências para o ensino da língua escrita segundo Soares (2016), não pode ser ensinado na educação infantil de maneira mecanizada, é necessário que os docentes compreendam a importância do trabalho relacionado ao processo de letramento.

A autora enfatiza esclarece que:

O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela. (SOARES, 2016, p.120).

Partindo da concepção Soares podemos entender o ensino da língua materna, também deve perpassar pelo letramento, entendendo que o processo de letramento e a alfabetização precisam ser ensinados simultaneamente, nesse sentido o desafio é ainda maior com as crianças com - TEA devido as questões relacionadas as dificuldades de interações sociais e transtornos de linguagem que algumas crianças possuem.

Sendo assim é necessário descrever, mesmo que de forma breve o que é o autismo e as suas implicações para o desenvolvimento considerada uma pessoa atípica. Desse modo o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento considerado grave que envolve a qualidade do desenvolvimento infantil, e, é caracterizado por alterações na comunicação, na interação social, nos comportamentos restritos, além de apresentar resistências as mudanças na rotina diária.

Segundo Rotta:

Transtorno do espectro autista (TEA) é definido como um transtorno do desenvolvimento que surge na infância e que se caracteriza por importante atraso na aquisição da linguagem na interação social com interesse restrito se comportamentos estereotipados ou repetitivos. É um distúrbio complexo que pode estar associado a sintomas com características fora do domínio social, com dificuldades na coordenação motora ampla e fina, no equilíbrio e a normalidade sensoriais. (ROTTA, p. 370, 2016).

Por isso, devemos entender que o processo de ensino e aprendizagem de uma criança com TEA para o ensino de qualquer habilidade social, seja na esfera cognitiva, motora, socioemocional deve considerar e respeitar estas tem especificidades do transtorno.

De acordo com a autora:



Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2003, p.13).

Diante do exposto percebemos a necessidade de desenvolver pesquisas que contribuam para a formação destes professores/profissionais que estão trabalhando diretamente com os alunos que apresentam algum tipo de transtorno ou dificuldade de aprendizagem. É bem verdade, que a escola se redemocratizou abrindo-se para novos paradigmas de grupos sociais, no entanto, precisamos avançar, no tocante há desenvolver um ensino que não massifique todos de forma homogênea, mais que possibilite o diálogo sobre as metodologias ativas que contribuem para o ensino/aprendizagem desses alunos.

Com isso, também é necessário destacar o que a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de junho de 2015. Traz em seu art.28 quando diz que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio [...]



Dessa forma, pode-se entender que são inúmeros os desafios que serão encontrados, mas é necessário que se tenha a clareza de que a inclusão é possível a partir das mudanças de concepções sobre ela. Desse modo, é necessário que se deixe de praticar apenas integração dos alunos nas escolas, uma vez que eles já têm a garantia estabelecida por lei para transitar no sistema escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma análise geral sobre a primeira parte respondida pelos docentes: os questionários. A primeira análise de dados apontou que cerca de 100% dos professores percebem uma evolução significativa nos encontros referentes as formações pedagógicas sobre as propostas metodológicas alinhadas aos eixos estruturantes estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular, com isso, a proposta é não deixar nenhuma criança com TEA para atrás. Foi analisado que os docentes estão abertos a dialogarem sobre o assunto, no entanto cerca de 60% acreditam que o problema da inclusão das crianças com transtorno em sala de aula ocorre pela falta de capacitação continuada dentro do espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição escolar precisa encontrar e abordar novos caminhos para ampliar o processo de ensino/aprendizagem junto aos docentes, familiares e demais profissionais especializados. Por isso as observações feitas sobre a pesquisa, mesmo ainda estando em curso, foi de extremamente relevante pois apresenta parte da visão dos professores sobre a importância de compreendermos melhor como podemos fazer o processo de inclusão das crianças com autismo em sala de aula regular, bem como compartilhar a mudança de concepção deles no ato de observar, intervir e avaliar os aprendentes, sobretudo, compreendeu-se que trabalhar com uma equipe multidisciplinar junto desde cedo é um fator que contribui para o processo de ensino e aprendizagem das crianças com TEA.

Tendo em vista que este estudo não é um trabalho conclusivo, percebemos a necessidade em concluir assim que possível a pesquisa, uma vez que compreender como as crianças com autismo aprendem é de fundamental importância para o processo de inclusão em sala de aula nos guiando assim a chegar a análises mais precisas, nas quais se possa delinear uma intervenção e atuação mais consistente por toda a equipe escolar.

Logo, o estudo não tem a pretensão de esgotar a temática, mas sim de levantar uma discussão sobre a importância das práticas pedagógicas reflexivas embasadas em um olhar sensibilizado a partir das políticas educacionais voltadas para o processo de inclusão das crianças com autismo, bem com, apontar para as estratégias pedagógicas alinhadas aos eixos estruturantes **brincar** e as **interações sociais** podem ser aliadas no trabalho em sala de aula com as crianças autistas. Além de apresentar o sobre o universo do autismo, seus sinais e sintomas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

BRASIL, Lei nº [13.146](#), de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015_2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**, São Paulo: Contexto, 2016